



Venezuela em transe



Temor de nova onda migratória em Roraima

Governador Antonio Denarium alerta para risco de colapso dos serviços públicos em caso de aumento do fluxo de venezuelanos. Ministério da Saúde envia equipe ao estado para criar um "plano de contingência" ante eventual agravamento da crise internacional

O governador de Roraima, Antônio Denarium (PP), afirmou que o governo federal deve aumentar a fiscalização e o controle do fluxo imigratório de venezuelanos na região, pois o estado não teria condições de suportar a entrada de mais imigrantes.

"É uma preocupação muito grande. Se aumentar o fluxo de entrada de venezuelanos, Roraima não tem condições e não tem capacidade para fazer o atendimento", sustentou, em entrevista à CNN Brasil.

Segundo Denarium, no pico da migração, chegavam de 1.500 a 2.000 venezuelanos por dia a Roraima. Nos últimos 30 dias, de acordo com ele, o fluxo recuou para uma média de 300 a 500 pessoas diariamente. Ainda assim, ele afirmou que o cenário segue insólito. "Com esse ataque ocorrido, estamos vivendo um momento de muita preocupação e fazendo a observação", declarou, em relação à ofensiva dos Estados Unidos contra a Venezuela.

Denarium frisou que mesmo em períodos de fechamento oficial da fronteira, venezuelanos continuam ingressando no território brasileiro por rotas alternativas.

Ele informou que pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para abrir um debate no Congresso Nacional sobre a entrada de estrangeiros no Brasil. "Como eles chegam a Roraima como refugiados, não têm restrição de entrada e nem de documentação", disse. O governador pediu ao governo federal que olhe para a população de Roraima, que não suporta mais a imigração de venezuelanos.

"Aproximadamente 20% da nossa população são venezuelanos, automaticamente tirando a oportunidade de brasileiros, em empregos, em segurança pública, saúde e educação. E o governo de Roraima tem bancado todo esse custo", frisou.

Ontem, o Ministério da Saúde enviou uma equipe da Força

Governo de Roraima/Divulgação



Exército Brasileiro intensificou a fiscalização na fronteira: militares passaram a realizar vistorias mais rigorosas na via de acesso entre os países

Nacional do Sistema Único de Saúde (FNSUS) para a fronteira do Brasil com a Venezuela, em Roraima. O intuito, de acordo com a pasta, é identificar e avaliar as estruturas hospitalares do local e criar um "plano de contingência" para possíveis agravamentos na crise internacional e aumento da demanda de imigrantes na região.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou ainda que a equipe possui "vasta experiência" em tragédias e que, caso necessário, os integrantes da Força Nacional do SUS vão montar hospitais de campanha e expandir estruturas existentes com o objetivo de reduzir os impactos no sistema público de saúde nacional.

Padilha reforçou que o governo está à disposição da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS) para o caso de ajuda humanitária, já que o principal centro de distribuição da cidade de La Guaira, na Venezuela, foi destruído pelo ataque norte-americano.

Exército

Já o Exército Brasileiro intensificou a fiscalização na fronteira, após a escalada da tensão internacional provocada por ataques dos Estados Unidos. Militares passaram a realizar vistorias mais rigorosas na principal via de acesso entre os dois países, com abordagem a pedestres e veículos que cruzam a fronteira.

Apesar do reforço, o comandante do Exército em Roraima, general de brigada Roberto Pereira Angrizani, afirmou, na segunda-feira, que o fluxo na fronteira segue dentro da normalidade. Segundo ele, até o momento, não há necessidade de envio de mais tropas para a região.

O Exército confirmou ao **Correio** que há 129 mil militares no Pelotão Especial de Fronteira em Pacaraima (RR). "O reforço da fiscalização é feito por meio da intensificação do monitoramento e das patrulhas na região. Por fim, não há alterações desde terça-feira (5/1) no fluxo do local", informou.

Segundo professor de direito internacional Manuel Furriel, da Brasil, por cautela, reforçou

a fronteira com a Venezuela. "Um dos motivos é a presença norte-americana no mar do Caribe. O monitoramento das tropas brasileiras se faz necessária. Outro motivo é a atenção ao fluxo de imigrantes. Nada indica que haja um aumento, mas a fiscalização se torna estratégica ao Brasil para verificar um fluxo anormal", explicou.

O especialista alertou para possível entrada de narcotraficantes colombianos e venezuelanos, por serem perseguidos com mais intensidade pelas tropas americanas. (Caetano Yamamoto*, Rafaella Bonfim*, Letícia Corrêa* — estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa —, Fernanda Strickland e Agência Estado)

Ministro no foco

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, Filipe Barros (PL-PR), afirmou que pretende convocar o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o ex-chanceler Celso Amorim, hoje assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para uma prestação de esclarecimentos sobre a posição do governo brasileiro em relação à Venezuela.

Barros disse que pautará as convocações na primeira semana de fevereiro, quando a Câmara deve retomar os trabalhos legislativos. O deputado declarou que tentou realizar uma reunião de emergência da comissão durante o recesso, devido à operação militar dos Estados Unidos que derrubou Nicolás Maduro na Venezuela. No entanto, relatou ter sido impedido pelo regimento.

"Tomei algumas iniciativas que nós vamos apreciar na primeira semana de fevereiro, na volta do recesso. A primeira delas é a convocação do Mauro Vieira e do Celso Amorim. O Celso Amorim é, como todos nós sabemos, o chancele de fato. Então, é importantíssima a presença do Mauro Vieira, que responde pelo Itamaraty, mas quem desenha a política e a estratégia internacional do Lula é o Celso Amorim", frisou.

O deputado também disse que pautará um requerimento de "moção de apoio à prisão do narcoditador Nicolás Maduro". E informou que está negociando uma missão oficial da comissão à Operação Acolhida, na fronteira do Brasil com a Venezuela no estado de Roraima, para verificar o trabalho de assistência aos refugiados e imigrantes venezuelanos. "A tendência é de que aumente um pouco o fluxo de refugiados", acrescentou.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br

A ofensiva contra a liquidação do Banco Master não é uma flor do recesso

O caso do Banco Master não é uma flor do recesso do Congresso, as conexões políticas do banqueiro Daniel Vorcaro são da pesada e estão por trás dos questionamentos à decisão do Banco Central (BC) para anular a liquidação. Ontem, o Banco Central (BC) recorreu ao Tribunal de Contas da União (TCU) para contestar a decisão monocrática do ministro Jhonatan de Jesus que autorizou a realização de uma inspeção nas dependências da autoridade monetária.

"Flor do recesso" é um jargão comum no jornalismo político brasileiro. A expressão tem sentido de algo efêmero, que "floresce" na ausência de atividades legislativas e, muitas vezes, perde a relevância ou "fenece" quando os parlamentares retornam ao trabalho e a pauta

normal é retomada. Esse não é o caso. Os fatos apontam na direção oposta. É muito provável a abertura de uma CPMI nada confiável para investigar o caso.

O que está em curso é um explícito choque institucional, protagonizado pelo TCU e o Banco Central, tendo como terreno de disputa o Supremo Tribunal Federal (STF). No epicentro da crise está na divergência sobre competências, métodos de fiscalização e acesso à informação. De um lado, o TCU sustenta que operações envolvendo recursos públicos e instituições financeiras com relações diretas ou indiretas com o Estado devem se submeter ao seu poder de controle externo. De outro, o Banco Central afirma que a supervisão

prudencial do sistema financeiro é atribuição exclusiva da autoridade monetária, protegida por sigilo técnico e regulatório indispensável à estabilidade do sistema.

Esse conflito raramente se manifesta de forma nítida. Até onde vai o poder do TCU quando se trata de operações financeiras complexas, e onde começa a autonomia técnica do Banco Central? A resposta envolve a arquitetura do Plano Real, o regime de autonomia do BC e o papel constitucional do Tribunal de Contas no controle do Banco de Brasília (PRB) e do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevideência), entre outras instituições.

Crise de confiança

O Banco Central reagiu com firmeza. Para seu presidente, Gabriel Galipoli, permitir que o TCU acesse informações sensíveis de supervisão bancária sem limites claros, com razão, pode abrir um precedente perigoso. O argumento

central é técnico: a eficácia da regulação financeira depende de confidencialidade, previsibilidade e centralização decisória. Qualquer fissura nesse modelo poderia gerar instabilidade, afetar a confiança no sistema bancário e comprometer a própria política monetária.

Com o retorno das atividades legislativas, porém, a crise tende a se aprofundar, porque há chefes políticos envolvidos com Vorcaro. A divergência envolve interpretações constitucionais distintas e, muito provavelmente, exigirá arbitragem do STF. O episódio será precedente estreitamente para o equilíbrio entre controle externo e autonomia regulatória ou para o caos. Na prática, o TCU corrobora a intervenção do ministro do STF Dias Toffoli, que abriu "de ofício" uma investigação policial sobre o caso.

O choque entre TCU e BC expõe a fragmentação do sistema de controle do Estado brasileiro em múltiplos órgãos com poderes sobrepostos: tribunais de contas, agências reguladoras, controladoras,

Ministério Público e Judiciário. Em períodos normais, essas fricções são subterrâneas. No caso Master, porém, são explícitas e geram paralisia, insegurança jurídica e disputas de narrativa na mídia. Está em jogo a definição prática da competência institucional. O TCU sinaliza que o Congresso quer contingenciar as regras do jogo no mercado financeiro.

O caso Master subverte a relação entre transparência e estabilidade. O TCU opera sob a lógica da publicidade e do controle republicano; o Banco Central, da discreção e da prevenção de riscos sistêmicos. Nenhuma das duas é ilegítima. O problema surge quando essas lógicas colidem. Por trás de tudo, há conexões perversas entre agentes do mercado financeiro e atores políticos de legitimidade duvidosa. Há uma operação política muito pesada para anular a liquidação. No mercado financeiro, isso é visto como grave ameaça de quebra de confiança no sistema financeiro por parte de investidores e correntistas. Esse é o buslís.